

The logo for CDM, consisting of the lowercase letters 'cdm' in a bold, blue, sans-serif font, followed by a solid orange circle.

PROJETOS SOCIAIS
DE ALTO IMPACTO

A photograph of several men in a meeting. The man in the foreground is wearing a bright green polo shirt and is pointing his right index finger upwards. He has a focused expression. Behind him, other men are visible, some looking in the same direction. The background is a plain, light-colored wall.

CDM TECNOLOGIA SOCIAL
COMITÊ SOCIAL 2.0

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
A CDM	04
A TECNOLOGIA SOCIAL - COMITÊ SOCIAL 2.0	05
CONTEXTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	06
QUE PROBLEMA RESOLVE	07
CONTEXTO SITUACIONAL	08
TECNOLOGIA QUE TRANSFORMA	08
JUSTIFICATIVA	09
OBJETIVO GERAL	09
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
PÚBLICO-ALVO	10
METODOLOGIA DA TECNOLOGIA COMITÊ SOCIAL	11
COMO FUNCIONA - ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO	12
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL	13
RECURSOS HUMANOS	13
RECURSOS FINANCEIROS	13
INFRAESTRUTURA	13
PARCERIAS	13
INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	13
RESULTADOS ALCANÇADOS	14
QUADRO SÍNTESE DA TECNOLOGIA SOCIAL	14
IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS	15
POTENCIAL E CONDIÇÕES DE REAPLICAÇÃO.....	16
SUSTENTABILIDADE.....	17
ALINHAMENTO AOS ODS DA AGENDA 2030	18
APRENDIZADOS E RECOMENDAÇÕES	19
DEPOIMENTOS E HISTÓRIAS TRANSFORMADAS	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
EMBASAMENTO TEÓRICO	22
	23



Apresentação

O fortalecimento da participação social é um vetor central para o desenvolvimento territorial sustentável, especialmente em contextos marcados por desigualdades, baixa institucionalização da escuta comunitária e fragilidade das redes locais. A ausência de mecanismos de diálogo contínuo entre moradores, poder público, organizações sociais e empresas limita a construção de respostas integradas para desafios estruturais do território.

Nesse contexto, a CDM desenvolveu a tecnologia social Comitê Social 2.0, uma estratégia de governança e participação comunitária orientada pela metodologia (CO)₃ - Convergência, Cooperação e Corresponsabilidade, integrada a outras metodologias.

O Comitê Social estrutura um espaço permanente de diálogo, pacto e decisão coletiva, mobilizando atores territoriais em torno de diagnósticos, agendas comuns e ações colaborativas.

A tecnologia organiza processos formativos, rodas de escuta qualificada, oficinas de planejamento participativo, mapeamentos comunitários e monitoramento de pactuações — compondo um ciclo contínuo de fortalecimento de capacidades sociais, políticas e organizativas. O modelo é replicável e adaptável a diferentes realidades socioterritoriais, mantendo alto potencial de impacto, especialmente em territórios vulnerabilizados.

Ao ampliar capacidades coletivas, fortalecer redes locais e estruturar espaços permanentes de governança comunitária, o Comitê Social 2.0 consolida-se como uma tecnologia social estratégica participativa para promover territórios mais democráticos, inclusivos e orientados pela construção coletiva de soluções locais.

Destaca-se que a tecnologia Comitê Social 2.0 foi oficialmente classificada no "Prêmio Periferia Viva 2025", na categoria Assessorias Técnicas, reafirmando sua relevância como instrumento de promoção do direito à cidade, da justiça territorial e da participação social qualificada.



1. A CDM

Fundada em 1986, razão social CDM Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana, e identidade institucional - CDM Projetos Sociais de Alto Impacto, atua há 4 décadas na concepção, gestão e execução de projetos socioambientais em parceria com empresas, governos e sociedade civil, em três frentes: Gestão Social, Voluntariado Corporativo e Meio Ambiente&Sustentabilidade, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sua metodologia (CO)₃ - Convergência, Cooperação e Corresponsabilidade - parte da construção coletiva de soluções com as comunidades, garantindo engajamento e participação ativa. Com uma equipe multidisciplinar e experiência consolidada na gestão de recursos públicos e privados, a CDM conduz desde o diagnóstico à mensuração de impacto, garantindo transparência, resultados concretos e sustentabilidade das ações. Seu portfólio inclui a implementação de ações em territórios vulneráveis e tradicionais, valorizando culturas, promovendo inclusão produtiva e fortalecendo a resiliência comunitária diante de diversos desafios.

A CDM obteve importantes reconhecimentos: certificação da tecnologia Social Cooperação Solar, pela Fundação Banco do Brasil em 2021; eleita entre as 100 Melhores ONGs do Brasil em 2023; contemplada com os prêmios: Impulso de Boas Práticas no Terceiro Setor (GRPCom); Periferia Viva (Ministério das Cidades) em 2024; e Experiências Exitosas Relacionadas a Projetos de Promoção Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (MDHC) em 2025; consolidando a CDM como referência na promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

A partir da sua missão de encontrar o bem de cada pessoa para transformar o mundo, a CDM alia experiência técnica, inovação social e conhecimento territorial para desenhar e executar projetos que geram valor compartilhado em prol do desenvolvimento das pessoas e territórios, pautados pelos valores da organização.



2. A tecnologia social

O Comitê Social 2.0 é uma tecnologia social pautada na metodologia (CO)₃ - Convergência, Cooperação e Corresponsabilidade - que parte da construção coletiva de soluções com as comunidades, garantindo engajamento e participação ativa, e articulando o conhecimento empírico da CDM no território, com metodologias complementares e reconhecidas internacionalmente, como o Design Thinking, Impacto Coletivo e Teoria da Mudança. O Comitê Social 2.0 estrutura-se a partir do diagnóstico participativo, formação do grupo, planejamento das prioridades no território, implementação, monitoramento e avaliação de impacto. Os comitês são compostos por lideranças locais, representantes de instituições sociais, de ensino e membros da comunidade, bem como representantes do poder público e de empresas privadas, com apoio técnico da CDM.









2.1. Contexto teórico e metodológico

O Comitê Social 2.0 se baseia no (CO)₃: Convergência, Cooperação e Corresponsabilidade. De maneira resumida o (CO)₃ é a soma dos conhecimentos empíricos e teóricos, utilizados como referência para a atuação nos territórios.

Ele é o nosso arcabouço teórico que tem contém as bases epistemológicas em diversas abordagens como:

-  Design Thinking
-  Impacto Coletivo
-  Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS)
-  Teoria da Mudança

A partir dessa construção, o desenvolvimento local é entendido como um processo de inclusão social que visa melhorar as condições de vida e ampliar o acesso a bens materiais e culturais, com foco na valorização das potencialidades dos territórios e das pessoas.

A crítica às intervenções "de cima para baixo" dá lugar a ações "de baixo para cima", que promovem a escuta ativa, a corresponsabilidade e a construção coletiva de soluções, rompendo como uma cultura de individualização e centralização cada vez mais frequentes no contexto de projetos sociais.



Esse trabalho incorpora os princípios do Impacto Coletivo, que foca em cinco condições essenciais para a transformação territorial: agenda comum, sistemas de medição compartilhados, atividades de reforço mútuo, comunicação contínua e uma mediadora do processo (backbone structure). A abordagem reconhece que mudanças sustentáveis só ocorrem quando há articulação entre diversos setores e atores locais. A CDM no processo dos Comitês Sociais 2.0 tem como função catalisar ações coletivas, manter a constância do grupo, assistir individualmente às demandas institucionais e mediar conflitos. Esse papel é fundamental para o desenvolvimento das ações no território pois, segundo Novara (2003), "o desenvolvimento humano não depende apenas de recursos materiais, mas do fortalecimento da consciência coletiva, da valorização das histórias e vínculos locais, e da formação de comunidades intermediárias que atuem de forma autônoma e colaborativa".

Dessa forma, a CDM atua no território como um agente imparcial que busca as sinergias, potencialidades e desafios existentes, sem nunca ter como objetivo substituir ou sobrepor ações que já existem no território, mas sim investir tempo no fortalecimento do Capital Social do território que, conforme Putnam (2006), "é essencial para o desenvolvimento endógeno. A confiança, a reciprocidade e a participação cívica são pilares que sustentam a cooperação e a organização comunitária, gerando círculos virtuosos de transformação social".

2.2. Que problema resolve

A tecnologia age sobre uma questão sistemática em qualquer comunidade com algum nível de vulnerabilidade, que é o descompasso na comunicação e na atuação articulada entre comunidade, poder público e empresas em territórios vulneráveis. A partir da construção do Comitê Social 2.0, reduz-se o isolamento das lideranças locais, a fragmentação institucional e a aplicação de recursos desconectados das reais necessidades da população.



3. Contexto situacional

O Comitê 2.0 foi implementado em diversos territórios vulneráveis de Minas Gerais, como Regional Barreiro - Olhos D'Água, Pilar, São João (Belo Horizonte); Industrial (Contagem); Jardim Canadá (Nova Lima); Pires/Barnabé (Congonhas); Distrito de Piedade do Paraopeba (Brumadinho) e Jeceaba.

A iniciativa surgiu da necessidade de qualificar o relacionamento entre empresas financiadoras e comunidades locais, promovendo espaços de escuta, articulação e protagonismo comunitário em prol do desenvolvimento sustentável.



4. Tecnologia que transforma Comitê Social 2.0

O Comitê Social 2.0 é uma tecnologia social que promove o protagonismo comunitário por meio da criação de espaços permanentes de escuta, diálogo e ação coletiva. Atua como ponte entre comunidades, poder público e setor privado, mediando conflitos, direcionando melhor os recursos e fomentando políticas públicas mais justas.





4.1 Justificativa:

A criação de um Comitê Social atende a três dimensões fundamentais:

a) Dimensão comunitária

Fortalece vínculos, amplia canais de diálogo e cria oportunidades de participação real, promovendo pertencimento e protagonismo dos moradores.

b) Dimensão institucional

Articula esforços do poder público, empresas e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), reduz ruídos, qualifica a interlocução e organiza processos de tomada de decisão compartilhada.

c) Dimensão territorial

Favorece diagnósticos comuns, monitoramento de indicadores, planejamento colaborativo e desenvolvimento de agendas integradas.

O Comitê Social é, portanto, uma tecnologia social que combina formação, diálogo estruturado e mediação comunitária, contribuindo para a consolidação de territórios mais democráticos, justos e sustentáveis.

Objetivo geral:

Impulsionar a transformação local, articulando lideranças, instituições locais, poder público e parceiros estratégicos, com foco na vocação do território, entendendo suas dinâmicas e objetivos, fomentando, assim, sinergias e conexões que geram ações mais contextualizadas à realidade do território.



Objetivos específicos:

- Fortalecer vínculos comunitários e redes de apoio.
- Construir consensos e compromissos coletivos para enfrentar desigualdades.
- Multiplicar o patrimônio social, a confiança e a solidariedade no território.
- Desenvolver estratégias práticas de justiça social.
- Valorizar a pluralidade de saberes, trajetórias e culturas locais.
- Transformar conflitos em cooperação, fortalecendo a convivência pacífica.
- Garantir a presença ativa da comunidade em fóruns e espaços de participação e controle social.



4.2.Público-alvo:

Lideranças comunitárias, poder público municipal, empresas locais, organizações da sociedade civil e moradores, instituições sociais e de ensino, e demais públicos presentes no território.





4.3. Metodologia do Comitê Social 2.0:

A metodologia do Comitê Social se estrutura na metodologia da CDM, o (CO)³ — Convergência, Cooperação e Corresponsabilidade — integrando formação, diálogo e pactuação em um processo contínuo de fortalecimento comunitário. Trata-se de uma tecnologia social composta por:

- processos formativos: rodas de conversa, oficinas, diálogos temáticos;
- instrumentos de escuta: diagnósticos, mapeamentos, relatos comunitários;
- mediação territorial: aproximação entre comunidade, poder público, empresas e OSCs;
- ciclos de planejamento comunitário: priorização, pactuação, execução e monitoramento;
- governança participativa: regras, papéis e responsabilidades definidas coletivamente.

A metodologia é replicável e adaptável à realidade sociocultural de cada território e orientada a criar espaços de governança contínua.

4.4. Princípios da metodologia:

A atuação do Comitê Social é guiada pelos seguintes princípios:

1. Escuta ativa e qualificada

Garantir que todas as vozes do território sejam reconhecidas, acolhidas e consideradas nos processos decisórios.

2. Protagonismo comunitário

Moradores são sujeitos centrais na formulação das soluções para os desafios que vivenciam.

3. Transparência e corresponsabilidade

Construção coletiva de informações, decisões compartilhadas e monitoramento transparente.

4. Convergência de interesses

Integração de perspectivas diversas para a construção de agendas comuns.

5. Territorialidade

Leitura do território como organismo vivo, reconhecendo sua história, cultura e redes.

6. Educação cidadã

Processos formativos que ampliam capacidades e fortalecem a participação.



4.2. Como funciona – etapas de implementação:

a) Diagnóstico Rápido Participativo

Objetivo: compreender a realidade local sob a ótica das pessoas que ali vivem, identificando potencialidades e desafios.

Atividades: oficinas participativas, mapas afetivos, identificação de lideranças e elaboração de relatório e diagnóstico.

b) Criação do Comitê Social

Objetivo: constituir o grupo representativo e intersetorial que coordenará o processo de desenvolvimento comunitário.

Atividades: reuniões de sensibilização, definição de representatividade, elaboração e assinatura de Regimento Interno e criação de Comissões Temáticas.

c) Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local (PDL)

Objetivo: planejar ações e metas conjuntas, fomentando a compreensão das prioridades e papéis no território.

Atividades: realização de oficinas de planejamento participativo, definição de visão de futuro, metas e pactuação com parceiros.

d) Execução de ações integradas

Objetivo: Conectar os atores em prol de ações concretas, fortalecendo assim o senso de comunidade e a autoconfiança, rompendo com a crença de que nada acontece no território.

Atividades: Levantamento de parceiros, definição de papéis, planejamento logístico, execução da ação e avaliação do resultado gerado.

e) Monitoramento e comunicação comunitária permanente

Objetivo: acompanhar e avaliar o andamento das ações previstas no PDL, garantindo sua continuidade e evolução.

Atividades: reuniões periódicas, criação de indicadores, boletins informativos, formação de lideranças e revisão anual do plano.



5. Recursos necessários

5.1 Recursos Humanos:

- Equipe técnica especializada e multidisciplinar (facilitadores, analistas sociais, comunicadores)
- 1 coordenador técnico
- 1 educador/facilitador de campo
- 1 articulador comunitário
- 1 assistente administrativo
- 1 designer ou comunicador (apoio pontual)
- Representantes comunitários voluntários
- Parceiros institucionais (ONGs, poder público, empresas)
- A replicação exige pelo menos 2 profissionais em campo, com suporte técnico da CDM

5.2. Financeiros:

A implementação de uma Jornada do Comitê Social 2.0 requer investimento estimado de R\$189.000,00 para equipe técnica da CDM, considerando o período de 12 meses para formação, oficinas, elaboração do plano de desenvolvimento local e produção de materiais.

5.3 Infraestrutura:

- Espaço físico para reuniões (salas amplas com mesas e cadeiras)
- Equipamentos multimídia
- Materiais de escritório e apoio para dinâmicas participativas
- Transporte para atividades intersetoriais e culturais

5.4. Parcerias:

- Sebrae, CRAS, escolas, conselhos municipais
- Apoio institucional de empresas privadas com empreendimentos locais
- Articulação com coletivos e movimentos sociais
- ONGs, poder público, empresas



6. Indicadores de monitoramento e avaliação

- Participação: nº de membros ativos no Comitê.
- Engajamento: frequência média nas reuniões (%).
- Produção: nº de produtos e campanhas realizados.
- Formação: nº de pessoas capacitadas.
- Impacto social: mudanças percebidas no território.
- Sustentabilidade: existência de ações mantidas após fim do financiamento.
- Satisfação e expectativas atendidas.



7. Resultados alcançados

7.1. Quantitativos (2020–2024):

- **+230** reuniões realizadas.
- **+2000** pessoas mobilizadas.
- **+62** ações pactuadas coletivamente.
- **4** materiais produzidos (cartilhas, catálogos, e-books).
- **+40** parcerias intersetoriais.
- **7** conselhos ou políticas públicas influenciadas.



7.2 Qualitativos:

- Fortalecimento do sentimento de pertencimento e escuta qualificada;
- Qualificação da comunicação entre Comunidade – empresa – poder público;
- Integração de lideranças antes isoladas;
- Criação de catálogos de produtos locais;
- Campanhas ambientais e de saúde mental;
- Oficinas comunitárias com +1.000 participantes;
- Produção e disseminação de conteúdos técnicos e populares;
- % de índice de satisfação.

8. Quadro síntese da Tecnologia Social

Tecnologia Social	Comitê Social 2.0
Objetivo Geral	Fortalecer a participação cidadã e a governança territorial.
Público-alvo	Moradores de territórios vulnerabilizados, lideranças, instituições públicas, OSCs e empresas locais.
Metodologia	(CO) ³ – Convergência, Cooperação e Corresponsabilidade.
Principais Etapas	Diagnóstico → Estruturação → Encontros → Pactuação → Monitoramento. Resultados: Participação, fortalecimento comunitário, ações colaborativas, redução de conflitos, melhorias territoriais.
Replicabilidade	Alta e adaptação territorial.
Reconhecimento	Classificada no Prêmio Periferia Viva 2025 – Categoria Assessorias Técnicas.



9. Impactos Socioterritoriais

Dimensão de Impacto	Indicadores e Resultados Observados
Social	Maior participação comunitária em decisões públicas; fortalecimento de vínculos e redes de solidariedade. Potencialização da autoconfiança das lideranças sociais.
Econômica	Geração de oportunidades de renda por meio de empreendimentos locais. Mudança no fluxo de recursos para execução de projetos na comunidade.
Institucional	Ampliação de conselhos e instâncias participativas.
Sociocultural	Espaço coletivo para reflexões e busca integrada de melhorias socioambientais no território.



10. Potencial e condições de reaplicação

O Comitê Social 2.0 está sistematizado em documentos, cartilhas, vídeos e memoriais descritivos. A metodologia é flexível e adaptável a diferentes contextos, podendo ser reaplicada por outras organizações em territórios diversos. Já foi testada e validada em múltiplos cenários, com resultados positivos. Atualmente, em funcionamento sob a gestão da CDM, temos Comitês 2.0 constituídos em três municípios de Minas Gerais: Jeceaba, Brumadinho e Nova Lima.

Em síntese, as condições para reaplicação da tecnologia são:

- Interesse e engajamento da comunidade local;
- Parceiros institucionais dispostos a compartilhar responsabilidades e prover recursos;
- Facilitadores com experiência em mediação e desenvolvimento social;
- Estrutura mínima de apoio (espaço para reuniões e acesso à internet).





11. Sustentabilidade

A tecnologia promove a apropriação comunitária dos processos, garantindo continuidade das ações mesmo após o encerramento da condução do Comitê Social 2.0 pela equipe CDM. O objetivo da CDM é que os comitês se tornem autônomos, com capacidade de mobilização, planejamento e execução de ações locais. A metodologia estimula a busca por recursos e parcerias, fortalecendo a sustentabilidade das iniciativas. Esse processo pode variar em relação ao tempo de cada grupo e o nível de maturidade encontrado.

11.1. A sustentabilidade do Comitê Social 2.0 se apoia em:

1. Governança Local: estrutura simples e regular de atuação.
2. Definição de ações contextualizadas ao potencial existente no território.
3. Articulação Intersetorial: parcerias com empresas, prefeituras e instituições sociais e de ensino para fortalecer a rede.





12. Alinhamento aos ODS da Agenda 2030

A tecnologia do Comitê Social 2.0 está alinhada aos seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030:



1 ERADICAÇÃO DA POBREZA
Eradicação da pobreza: conectar as instituições do território com a rede socioassistencial, potencializando o acesso às políticas públicas para aqueles participantes de projetos no território.



3 SAÚDE E BEM-ESTAR
Saúde e Bem-Estar: campanhas de saúde mental e apoio à rede de assistência.



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Educação de Qualidade: capacitações de gestores escolares e educadores, produção de materiais educativos.



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO
Trabalho decente e crescimento econômico: o trabalho coletivo favorece novas oportunidades territoriais.



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
Redução das desigualdades: fortalecimento e desenvolvimento territorial.



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Cidades e Comunidades Sustentáveis: fortalecimento da gestão comunitária e planejamento territorial.



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Paz, Justiça e Instituições Eficazes: mediação de conflitos e fortalecimento institucional.



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
Parcerias e Meios de Implementação: articulação intersetorial e cooperação contínuas.



13. Aprendizados e recomendações

Ao longo da experiência da CDM na implementação e reaplicação da tecnologia do Comitê Social 2.0, constatou-se importantes aprendizados:

- A escuta ativa é essencial para a construção de confiança;
- A flexibilidade metodológica permite adaptação às realidades locais (linguagem e ritmo);
- A atuação intersetorial potencializa resultados e evita retrabalho;
- A valorização das lideranças locais é chave para a sustentabilidade;
- A comunicação comunitária fortalece vínculos e legitima ações;
- A identificação dos potenciais da comunidade importa mais que a identificação dos problemas;
- O aperfeiçoamento dos instrumentos de mensuração de impacto deve ser considerado;
- Valorização do protagonismo feminino e juvenil como fator de inovação e sustentabilidade, favorecendo a inclusão e a diversidade.





14. Depoimentos e histórias transformadas

"Que reunião excelente! Uma das melhores que já participei. Informações que apontam caminhos e nos enchem de esperança. Viva o Comitê!" — Sarahy Fernandes, CRAS Jeceaba

"Conheci o Comitê em 2023, adorei e pretendo continuar por muito tempo. O Comitê é um lugar acolhedor e que realiza um trabalho muito importante!"— Fernanda Luiza, representante jovem

"Sou um grande entusiasta do Comitê. Ele potencializa nossas ações e nos conecta com públicos que antes não alcançávamos." — Luís Paulo Nascimento, Sebrae Minas

Clique e assista:





15. Considerações finais

O Comitê Social 2.0 é um espaço de diálogo que visa conectar empresas, equipamentos públicos e lideranças locais em prol do seu desenvolvimento local, de forma endógena, sem substituir o protagonismo da comunidade.

Sua atuação voluntária e intersetorial enfrenta o desafio de conciliar os diversos interesses do território em prol de uma transformação concreta na realidade da comunidade em que o grupo atua.

É uma tecnologia social viva, replicável e transformadora, que rompe com os padrões de atuação social desconectada e centrada na instituição que executa o trabalho, e valoriza o desejo da comunidade, focando no potencial transformador das conexões estabelecidas entre as pessoas e territórios.





Embasamento teórico

BARBOSA, Viviane & Puente-Palacios, Katia. (2018). A coesão de equipes em cena: Discussão da sua natureza e consequentes. *Estudos de Psicologia*. 23. 89-98. 10.22491/1678-4669.20180010.

BORGER, Fernanda Gabriela. *Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial* (tese de doutorado), Departamento de Administração. São Paulo: USP, 2001.

FRANCO, Augusto de. *O Lugar Mais Desenvolvido do Mundo: Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário*. Editora Plus, set. 2009.

KANIA, John; KRAMER, Mark. *Impacto Coletivo*. Stanford Social Innovation Review, 2011.

NOVARA, Enrico, et al. *Pobreza e patrimônio: A comunidade do planalto II*. AVSI, Belo Horizonte. 2003

MATOS, Elida Elizena Carneiro de. *A implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé no Vale do Jequitinhonha: a gestão social, o desenvolvimento local e as memórias como perspectiva para mitigação de impactos sociais* (dissertação). Belo Horizonte, MG, 2020.

ORTEGA, Antônio César; MATOS, Vitor Alberto. *Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu*. Em: *Política & Sociedade - Florianópolis* - Vol. 12 - Nº 24 - Mai./Ago. de 2013 35 – 60

SEQUEIRA, Debra; ARSENOVA, Maria. *Guia Rápido de Investimento Comunitário Estratégico: Destaques do Manual de Boas Práticas da International Finance Corporation*. Washington, D.C., fev. 2010.

SKINNER, B. F. (1938). *The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis*.

ZAPATA, Tania, et. al. *A Experiência de Desenvolvimento Local na Bomba do Hemetério: um olhar sobre a Concepção Pedagógica*. Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, Recife: IADH, 2011



Ficha técnica

Diretor Presidente: Ernane Souza

Superintendente: Martionei Gomes

Gerente: Élide Carneiro

Apoio: Vitor Hugo

Editoria, redação e revisão: Cássia Cristina

Diagramação: Hellen Trindade

Fotos: Arquivo CDM

Razão Social: CDM Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana

Identidade institucional: CDM Projetos Sociais de Alto Impacto

Endereço: Rua Joventina da Rocha, 289 - Bairro Heliópolis - Belo Horizonte, MG. CEP 31.741-450

Telefone geral: (31) 2103.2700

WhatsApp: (31) 99281-1520

E-mail: contato@cdm.org.br

Site: www.cdm.org.br

Redes Sociais: @cdmprojetossociais



cdm. PROJÉTOS SOCIAIS
DE ALTO IMPACTO